



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pronunciamento do Deputado Federal
Constituinte VLADIMIR PALMEIRA PT-
RJ, na sessão da Assembléia Nacio-
nal Constituinte de 12/07/88.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes,

Gostaria de fazer o balanço do país do carnaval, do país da brincadeira, de um país onde a luta política assume contornos inesperados. Foi assim que, depois de muita batalha, os setores progressistas na Assembléia Nacional Constituinte conseguiram algumas vitórias, como a conquista do direito de greve, a ampliação das liberdades públicas, a nacionalização da exploração mineral, mas no contexto de uma Carta Magna direitista e reacionária.

A Constituição que estamos aprovando é atrasada em relação ao Brasil. É óbvio que ela é melhor que a de 1946. Afinal, já se passaram mais de quarenta anos. É óbvio que ela ergue uma base jurídica acentuadamente melhor que a que existia no regime militar. Mas, diante da realidade do País, das necessidades de mudanças, é conservadora. E quando se diz que a Constituição é conservadora, muitos observam: afinal, o que se esperava? Evidentemente, não é conservadora porque os setores progressistas quisessem uma Constituição socialista. É evidente que isso não era possível. A Constituição é conservadora porque não faz reformas sequer no regime capitalista. Nela não há a menor reforma de estruturas. Não obtivemos meios para facilitar a reforma agrária, e o que está contido na Constituição sobre o assunto é pior que o Estatuto da Terra aprovado pelo regime militar. Avançamos minimamente na questão da reforma urbana. As grandes estruturas estatais não sofreram a menor modificação, não há democratização efetiva das grandes instituições, particularmente das Forças Armadas, que continuam intervindo na vida política.

Temos dito que, em primeiro lugar, é preciso mudar o papel das Forças Armadas, para que defendam o País das ameaças externas e cuidem de nossas fronteiras. A Carta em aprovação reforça o papel interno das Forças Armadas, favorecendo atitudes estranhíssimas, como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

a do Ministro do Exército, que, depois de procurado pelos empresários nacionais e estrangeiros, disse que também vai pressionar para a retirada do dispositivo que estabelece o turno de seis horas. Isso é fantástico! Parece que os lobistas descobriram a verdadeira fonte de poder nesta Constituinte, porque em vez de procurarem os Srs. Constituintes procuram o Presidente, os Ministros, particularmente o Ministro da espada, o Ministro da força, o Ministro do golpe, o Ministro da intervenção, o Ministro que lembra tudo o que passamos no País durante os vinte anos de ditadura que oprimiu o povo brasileiro.

Vejam a extensão de nossa derrota quanto ao aspecto político: o Brasil, País curioso, passou por vinte anos de ditadura militar. Quando os militares anunciam que vão voltar aos quartéis, parece que estão fazendo um favor, fazendo uma gentileza à sociedade civil. Não temos, depois desse período de autoritarismo, uma legislação que democratize as Forças Armadas. E a sua democratização é uma necessidade não só política, mas também da própria estrutura social. Lembremos as violências praticadas contra soldados, em Brasília, as violências, no próprio dia-a-dia, contra aqueles que estão servindo às Forças Armadas. Essa estrutura, que durante vinte anos compactuou com a repressão, quando não a exerceu diretamente, da qual saíram centenas de torturadores e de assassinos contra o povo brasileiro, continua intocável e virou tabu na Constituinte. Por isso, o Ministro sente-se autorizado, através de pressão de multinacionais, a vir aqui golpear as vitórias da classe trabalhadora, conquistadas não só pela ação dos Constituintes, mas pela pressão popular que de Norte a Sul do País se levantou dos setores organizados da sociedade. Portanto, esta Constituição não modificou a estrutura do poder, não deu um passo adiante na mudança das estruturas sociais, econômicas e políticas do País. Isso nos espanta!

Chamo a atenção de todos para uma Constituição como a que aprovamos e a respeito da qual a direita ainda chora e reclama. Estamos assistindo a um espetáculo da mais absoluta falta de renovação democrática por parte da direita. Observem que ela não quer só uma Constituição conservadora, mas uma Constituição na qual não exista sequer um traço de conquista das forças progressistas, dos trabalhadores brasileiros. E a União Brasileira dos Empresários falava em mudar trezentos artigos da Constituição, ou seja, mudar a Constituição inteira. Não querem ceder em nada, em nenhuma conquista. Querem matar a classe trabalhadora, asfixiá-la e reprimi-la. Querem um País onde a classe



CÂMARA DOS DEPUTADOS

trabalhadora nada tenha, nada ouse, nada pense e nada possa conquistar. O que está por trás disso é uma visão de Constituição que vai dividir o País. Quando os empresários falam em gastar dois milhões de dólares para arrancar as conquistas dos trabalhadores, quando o Presidente da República intervém descaradamente na Assembléia Nacional Constituinte; quando a pressão da direita assume agora a via de pressão através dos Ministérios militares é bom lembrar que o Ministro do Exército, o Governador Sarney e os empresários estão estimulando a radicalização da luta de classes.

Durante muito tempo, gostavam de dizer que só quem traz alguma contribuição ao fermento social é a esquerda. Pois bem, fizeram questão de aguçar a luta de classes porque querem retirar qualquer conquista do trabalhador deste País. Como poderão os trabalhadores acreditar numa Constituição, se o mínimo de conquistas não está nela presente? Como podem defender uma Constituição, se esta não abrange o conjunto dos segmentos sociais? Como podem colocar-se ao seu lado e defender a sua legitimidade, se eles próprios foram excluídos do processo?

Portanto, queremos marcar, antes de tudo, uma visão realista: esta Constituição é conservadora, mas trouxe algumas conquistas aos trabalhadores - não só conquistas corporativas, como ocorre nos casos do direito de greve, do turno de seis horas, da jornada de quarenta e quatro horas semanais, mas medidas em defesa da ecologia e algumas de proteção à saúde e à educação, que são positivas. Arrancar essas conquistas é fazer uma Constituição que prepara a guerra civil, que empurra o movimento social para o confronto aberto. É preciso ficar claro: só há legitimidade numa Constituição quando nela estão contemplados todos os setores sociais trabalhistas. Ninguém se verá vinculado à nova Constituição se ela não mantiver o mínimo de conquistas que assegure o prosseguimento da vida social, baseada na experiência, no drama, no atendimento das reivindicações dos que trabalham neste País.

Chamamos a atenção de todos para o fato de que, sendo a Constituição conservadora, essas reivindicações teriam que ser mantidas. O choro da direita é o choro do radicalismo, e quem quiser que venha aqui votar com ela, que se aproxime desse pensamento, que se aproxime dessa perspectiva de estar preparando o País para graves distúrbios. Sempre que há uma manifestação, um protesto, sempre que se levanta uma greve, costuma-se colocar a culpa na esquerda, em alguns agitadores, em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

certa mão misteriosa que trataria de fermentar a sociedade de tal forma que o espectro da guerra social sempre se desenha com a cara da esquerda.

Na semana passada, o Governador Moreira Franco mostrou como a direita quer agir no País, ao reprimir brutalmente os professores, a título de garantir o tráfego. Sabemos que se prepara na própria direita uma disputa entre a direita que pretende estabelecer um mínimo de ordem social, com a conquista de algumas liberdades, e a direita que vai apelar para o golpe de Estado, que quer uma Constituição puro-sangue e não quer abrir nada para a população. Atitudes como a do Governador Moreira Franco, que reprimiu brutalmente a manifestação dos professores, mostram que é preciso resistir. Nós, do Rio de Janeiro, lembramos que no Projeto de Constituição aprovado em primeiro turno consta que ninguém precisa mais pedir licença à polícia para se manifestar. No entanto, o Governo Moreira Franco, mais realista que alguns setores da direita, expediu um decreto que proíbe manifestações, e as reprime cotidianamente.

A exigência de maior liberdade pública é dos trabalhadores. Os trabalhadores não vivem só do seu pão, não vivem só do seu emprego, mas da conquista dessas liberdades. Manter essas liberdades, manter as conquistas dos trabalhadores é contribuir também para que a extensa organização daqueles que sofrem neste País, avance em consciência política e em disposição e seja um fator de determinação da vida política brasileira.

A nova Constituição só terá legitimidade se tratar os trabalhadores como agentes ativos, conscientes, institucionais do processo político. Por isso esperamos derrotar os dois milhões de dólares e as medidas da direita, e temos esperança de que a classe trabalhadora tenha lugar na Constituição, para que a Constituição também possa ter algum lugar na consciência, no pensamento, na luta e na disposição da própria classe trabalhadora.

Era o que tinha a dizer.